

A FACULDADE NO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Antonio Candido

RESUMO

O autor analisa a contribuição da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo para a mudança nos estudos sobre a sociedade brasileira. A partir do decênio de 1930 ela lhes imprimiu certa radicalidade, na medida em que tomou como objeto, não as classes dominantes, mas as classes dominadas e os grupos marginalizados, inclusive o negro. A situação deste é vista pelo autor como problema de cuja solução depende o advento de uma vida democrática real. Além disso, na medida em que é marginalizado, o negro pode adotar como defesa a volta às tradições culturais africanas, o que de um lado é positivo mas, de outro, pode fazer o jogo do dominador "branco" ao excluir o negro brasileiro da cultura de tipo ocidental que assegura a modernidade e os controles.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo; ciências sociais; estudos sobre o negro.

SUMMARY

This article analyzes the contribution of the University of São Paulo's Faculdade de Filosofia (Humanities College) to changes in the study of Brazilian society. Beginning in the 1930s, the Faculdade conferred a somewhat radical tone to its studies, insofar as they came to focus upon dominated classes or marginal social groups, including blacks, instead of upon elites. Focusing on Afro-Brazilian studies, the author considers the situation of blacks as a problem whose solution depends upon the advent of an authentic democracy. Furthermore, in facing marginalization, blacks may adopt a line of defense based on a return to African cultural traditions, which can be positive on the one hand, but, on the other, may reinforce the hand of the dominant "whites", in excluding blacks from the Western culture that ensures access to modernity and political control.

Keywords: Brazil; Universidade de São Paulo; social sciences; Afro-Brazilian studies.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual se destacou em 1969 a parte chamada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, destinava-se na concepção dos seus fundadores a fornecer os quadros do magistério secundário, a unificar os cursos básicos da Universidade e a cultivar o saber desinteressado. Esta última expressão pode gerar certos equívocos, inclusive a noção errada de que teria por finalidade cultivar o conhecimento gratuito, desligado de implicações práticas e dos problemas da sociedade. "Desinteressado" queria dizer outra coisa. Queria dizer que era preciso estabelecer em certos setores um tipo de ensino superior desvinculado das injunções imediatas da formação profissional, porque esta já existia nas respectivas escolas; e criar, sem prejuízo do que havia, e era importantíssimo,

O texto aqui reproduzido constituiu a aula inaugural dos Cursos de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ano letivo de 1988.

um tipo de ensino ligado à pesquisa, que tivesse como finalidade maior a investigação, a descoberta, a inovação. Deste modo, o país teria uma fonte nova de conhecimentos, inclusive como reforço para a aplicação profissional.

Esta posição, aparentemente tão simples e óbvia, despertou oposições ferozes, que não permitiram organizar a Universidade de São Paulo segundo as intenções mais avançadas dos seus fundadores, acabando-se por estabelecer o compromisso possível.

Além desta, surgiu como outra grande inovação o alargamento do elenco de matérias, pois não apenas se conferiu na nossa escola um teor puramente científico a disciplinas que já faziam parte do currículo de outras, como Física, Biologia ou Mineralogia, mas introduziram-se algumas que nunca haviam sido ensinadas no Brasil em nível superior, como Filosofia, Sociologia, História, Estudos Literários, isto é, as que cobrem o que se chama geralmente o campo humanístico. É deste que quero partir, começando por lembrar os lugares-comuns necessários, sobretudo porque alguns dados da nossa história institucional já estão sofrendo a deformação quase inevitável da memória.

A idéia a respeito da fundação de uma universidade em São Paulo era antiga, mas se configurou nos anos de 1920 na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde se reuniam semanalmente intelectuais e cientistas. O centro dessas conversas, no que toca à idéia de universidade, foi Júlio de Mesquita Filho, em estreita comunhão de vistas com Fernando de Azevedo. Este estava na quadra dos trinta anos, era professor da Escola Normal, articulista e crítico literário do jornal. Nessa atmosfera gerou a idéia de um inquérito sobre a instrução pública, as suas necessidades, a sua modernização, os seus caminhos. Fernando de Azevedo se encarregou da tarefa e entrevistou um certo número de pessoas representativas durante o ano de 1925, publicando os resultados por partes. Eles mostraram que vários intelectuais, cientistas e educadores desejavam a fundação da universidade, bem como o ensino das humanidades em nível superior, em faculdades de filosofia, ciências e letras, que foram em seguida previstas legalmente pela Reforma de Francisco Campos em 1930. As idéias estavam portanto maduras, e assim foi que em 1934 surgiram a Universidade de São Paulo e a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Surgiram, porque era interventor do estado Armando de Salles Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho, que exerceu sobre ele uma pressão amistosa mas firme, a fim de obter a concretização dos ideais do seu grupo, cujo principal intérprete foi Fernando de Azevedo, autor do texto inaugural, que se tornou decreto no dia 25 de janeiro de 1934. O mesmo Fernando de Azevedo e Antônio Ferreira de Almeida Júnior foram os autores do projeto de estatuto que deu vida orgânica à Universidade, tendo sido aprovado pelo Conselho Universitário depois de muita resistência por parte das escolas tradicionais e da supressão de tópicos considerados avançados demais, como a representação dos estudantes.

Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo decidiram, também sob protestos e resistências, que seria preciso buscar no Estrangeiro os

professores da jovem Faculdade de Filosofia, e estabeleceram um critério importante para a sua seleção: como a Itália e a Alemanha estavam sob regimes totalitários, para as ciências humanas e a filosofia, que envolvem problemas de ideologia e visão do mundo, deveriam ser indicados professores franceses, pois a França era uma democracia atuante. À Itália, pediram-se professores de Matemática, Física, Mineralogia, Geologia, Grego e Literatura Italiana, que vieram, como os franceses, em missão oficial do seu governo. Na Alemanha foram contratados professores de Química e Ciências Naturais, mas em caráter individual, tendo a escolha recaído sobre cientistas incompatibilizados com o regime, portanto não apresentando o perigo de trazer as sementes contaminadas do nazismo. Creio que esse critério de escolha, cuja execução foi confiada ao professor Teodoro Ramos, primeiro diretor, não é conhecido por todos hoje em dia. Por isso chamo para ele a atenção dos mais moços, pois ele mostra o senso liberal dos criadores da Universidade, homens ligados à elite social e intelectual, mas infensos ao totalitarismo.

O segundo diretor de nossa Faculdade, que a organizou e lhe deu vida institucional, de 1934 a 1937, foi Antônio de Almeida Prado. Nela, nos anos de 1930 e 1940, os professores de Filosofia e Ciências Humanas despertaram os estudantes para aspectos pouco estudados da sociedade e das idéias no Brasil, como já começara a fazer a Escola de Sociologia e Política desde 1933. Assim foi que ambas deslocaram o eixo dos estudos do plano mais ou menos senhorial em que eles se encontravam, nas mãos de estudiosos como Oliveira Viana e mesmo Gilberto Freyre, e incluíram no seu repertório a vida das camadas humildes, sem projeção social de relevo. Cito como exemplo as pesquisas orientadas por Samuel Lowrie, na Escola de Sociologia e Política, sobre o nível de vida dos lixeiros de São Paulo, ou, na mesma escola, a de Sérgio Milliet sobre a pequena propriedade. Na Faculdade de Filosofia, predominou inicialmente o interesse pela construção de um saber teórico o mais sólido possível, dentro da fraqueza cultural do meio. Mas desde o começo alguns professores efetuaram estudos concretos sobre realidades básicas da sociedade brasileira: habitat, moradia, zonas pioneiras, transporte, distribuição no espaço, crenças e práticas populares, populações ditas primitivas etc. Entre esses professores, menciono como exemplo os geógrafos Georges Deffontaines, Pierre Monbeig e, durante algum tempo, o famoso Emmanuel De Martonne; o antropólogo Claude Lévi-Strauss; o sociólogo Roger Bastide.

O que estou querendo dizer é que começou a haver naquela altura um interesse crescente pelo que se poderia chamar a realidade miúda do Brasil, isto é, não as estruturas político-sociais de dominação, não o modo de vida e o papel das classes dominantes, mas o homem comum no seu sítio de vida, com as suas práticas e a sua mesquinha condição. Caio Prado Júnior, aluno da seção de Geografia e História (aliás, o inscrito nº 1), autor da então recente *Evolução política do Brasil*, a primeira interpretação marxista da nossa história, atuava naquela altura sobretudo como geógrafo, secretariando a revista *Geografia*, preocupando-se com o meio físico e os grupos étnicos.

Meio físico e grupos étnicos, isto é, as bases da sociedade, mereceram então um cuidado especial dos pesquisadores. Durante o ano de 1935 a revista tirou quatro números e acabou. Aliás, em dezembro foi preso Caio Prado Júnior, que era ao mesmo tempo o combativo presidente da Aliança Nacional Libertadora, seção de São Paulo. E preso ficou até 1937, quando foi para o exílio, só voltando em 1939.

Essas informações servem para lembrar que a Faculdade de Filosofia foi concebida pelos seus fundadores dentro de um espírito aberto, visando à formação de quadros auxiliares da elite dominante, mas evitando a infiltração das ideologias conservadoras mais agressivas, que naquele momento se encarnavam no fascismo. Como os professores franceses eram na maioria homens de pensamento democrático-radical, e como o momento histórico, isto é, o nosso decênio de 1930, foi marcado pelas radicalizações, houve desde logo condições implícitas para o advento de concepções mais avançadas do que as previstas, inclusive devido ao simples fato de serem ensinadas disciplinas que aguçam o espírito crítico, como a Sociologia e a Filosofia. Portanto, ao lado dos radicalismos da época, é preciso levar em conta como fator positivo de avanço ideológico, e da capacidade de analisar corretamente a realidade, o começo dos estudos sistemáticos sobre a sociedade, com preferência pela vida das classes subalternas, os grupos marginais, isolados ou oprimidos, segundo um espírito que superou a mera curiosidade ou o senso do pitoresco, que antes animavam a literatura e o ensaio voltados para esses temas. Sob este ponto de vista, as Ciências Sociais nos decênios de 1930 e 1940 correspondem ao que ocorreu no romance, que naquela altura se preocupava com a vida do pobre de um modo que superava o ângulo exótico ou paternalista, antes predominante de maneira quase absoluta, sobretudo no regionalismo, que podia levar à degradação folclórica do homem rural pelo pitoresco, a caricatura ou o sentimentalismo. A distância que vai de uma pesquisa de Gioconda Mussolini sobre a vida do caçara à concepção de Oliveira Viana sobre o que ele chamava a "plebe rural" é a mesma que separa um romance como *Cacau*, de Jorge Amado, ou *Os Corumbas*, de Amando Fontes, do *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, ou das canções de Catulo da Paixão Cearense. A pesquisa, implicando contato íntimo e compreensivo com o pesquisado, trouxe no seu movimento explicativo uma rotação ética e social de atitude, que mesmo sendo implícita era atuante.

Acostumados a falar em "sociologia burguesa" e a conceituar de maneira por vezes estreita o pensamento revolucionário, muitos intelectuais deixam de perceber a força progressista que as Ciências Humanas representaram numa sociedade atrasada, como era a brasileira dos anos de 30 e 40, pelo simples fato de serem modos objetivos e sistemáticos de descrever a realidade. Por isso mesmo a Sociologia foi tão combatida pela direita e apresentada como perigo para a tradição. Para encerrar esta parte, cito um caso interessante.

Em 1957 o governo do estado criou três Faculdades isoladas no interior, cada uma voltada para alguns setores do vasto conjunto que era

então a nossa, e o eminente colega José Querino Ribeiro foi nomeado para organizar e dirigir a de Marília, cujo currículo abrangia a Filosofia, as Ciências Sociais, a História e a Educação. Recebido previamente numa festa pelas autoridades e figuras representativas da cidade, o professor Querino lhes disse mais ou menos o seguinte:

É preciso os senhores saberem que, apoiando a criação destes cursos, estão concorrendo para começar um processo que vai modificar bastante a mentalidade das novas gerações. Com efeito, ao estudarem a família, o grupo econômico, o Estado, a religião, os jovens vão adquirir conhecimentos que põem de lado as explicações tradicionais. Em consequência, vão ver a realidade de outro modo, questionando os princípios que aprenderam em casa e até aspirando a outros tipos de organização social. É mesmo provável que surjam brevemente conflitos internos nas famílias. Os senhores estão preparados para isso?

Os interrogados, apesar de um pouco perplexos, disseram que sim, e a Faculdade foi em frente.

Com este caso, quero ilustrar o que disse antes: pelo simples fato de serem praticadas, as Ciências Humanas corretamente orientadas constituem um fator de revisão crítica e, portanto, alteram a mentalidade em sentido moderno e mais avançado. Foi o que ocorreu em São Paulo com a nossa Faculdade, que, sem ter partido de um programa radical, e destinada a funcionar como reforço da mentalidade liberal dominante, propiciou a formação de atitudes avançadas, como decorrência da disposição de inquirir metodicamente e procurar construir da sociedade uma imagem mais compreensiva do que a vigente no seio das elites. Trata-se de uma espécie de politização implícita e pouco dirigida, tanto assim que os estudantes da Faculdade começaram a participar tardiamente na política acadêmica específica. Só em 1944 houve aqui uma verdadeira arregimentação democrática, em torno das eleições do Grêmio, promovida pela ação memorável de Paulo Emilio Salles Gomes, que naquele ano se formou em Filosofia e foi o orador da sua turma, com um discurso intemerato e radical, que fazia prever durante a cerimônia, naquele fim de ditadura, um incidente que afinal não ocorreu.

Resumindo: estes dados e reflexões permitem dizer que a nossa Faculdade instaurou em São Paulo uma nova era, ao deslocar o objeto dos estudos sobre a sociedade brasileira da interpretação das camadas dominantes para as camadas oprimidas, pois independentemente de desígnio político este fato representou em si uma decisão progressista e o começo de uma atenção crítica às condições iníquas em que viviam essas últimas camadas. Querer desqualificar esse avanço, sob pretexto de que não correspondia a atitudes especificamente políticas, é um erro de avaliação e um desconhecimento das condições históricas em que se deu o processo que estou

descrevendo. No Brasil, o mais grave problema ideológico é o peso das ideologias conservadoras, que têm apoiado o domínio das sucessivas oligarquias desde o século XVI. Portanto, todas as formas de estudo e pensamento que adotam perspectiva analítica adequada e optam pela investigação dos grupos oprimidos ou marginalizados são contribuições progressistas, que podem inclusive ser condição de eventuais atitudes revolucionárias.

Os estudos sociológicos, antropológicos, geográficos daquele tempo, nos quais estou pensando, foram, por exemplo, as pesquisas folclóricas do jovem Florestan Fernandes, as que Emílio Willems empreendeu sobre o caipira, as de Gioconda Mussolini sobre os pescadores, a de Nice Lecoq Muller sobre os sitiantes, as de Egon Schaden sobre grupos indígenas em decomposição cultural, as de Roger Bastide e discípulos sobre a vida do negro e suas crenças religiosas. Trabalhador rural, pescador, operário, índio destribalizado, negro — são assim trazidos à primeira plana do interesse, em lugar de senhor de engenho, fazendeiro, chefe político, clãs dominantes, que eram o assunto preferido pelos nossos estudiosos. Através de métodos hoje algo menosprezados, devidos à influência da Sociologia durkheimiana, da Geografia Humana francesa, da Antropologia Social inglesa, dos estudos norte-americanos sobre cultura, englobados sem muito critério pelos depreciadores sob o nome geral de "funcionalismo", através de tais métodos operou-se uma silenciosa revolução intelectual que deslocou o eixo dos estudos sobre a sociedade brasileira. Desse importante complexo, quero destacar as investigações sobre o negro, e com isso entro na parte final e de fato principal desta aula.

O patriarca e grande praticante dos estudos sobre o negro em nossa Faculdade foi Roger Bastide, que inclusive penetrou na vida dos grupos chamados "de cor" com um respeito pelas suas crenças que o levou a não registrar nem comunicar os aspectos que se obrigava a manter secretos pelas exigências rituais da iniciação. Esta prova de respeito mostra como para o grande sociólogo, que foi um dos maiores mestres desta Casa, os direitos da humanidade podem estar, como de fato devem estar, acima do interesse pelo conhecimento. A Roger Bastide a Unesco solicitou no começo dos anos de 1950 que dirigisse uma ampla pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo. Ele aceitou com a condição de associar Florestan Fernandes, pois este seu discípulo já se revelara desde moço o grande sociólogo e pensador que é.

Essa pesquisa da UNESCO foi um momento decisivo no amadurecimento do processo que estou procurando sugerir e se poderia qualificar de radicalismo sociológico. De fato, ela propiciou a passagem de Florestan Fernandes para a investigação de situações sociais problemáticas, quando até então ele se havia ocupado sobretudo com trabalhos de reconstrução histórica por meio da análise bibliográfica, tendo limitado a pesquisa empírica quase apenas a manifestações folclóricas. A pesquisa da UNESCO se fez com extraordinária mobilização dos grupos negros, que graças a ela tiveram a rara oportunidade de manifestar os seus problemas e a sua angustiada situação. Os colaboradores de Roger Bastide e Florestan Fernan-

des multiplicaram-se pelo espaço físico e social da cidade, construindo um conjunto monumental de dados que formaram a plataforma do estudo final devido aos dois orientadores, e em seguida desabrocharam na tese *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, marco das virtualidades políticas e sociais da chamada sociologia acadêmica. Nesse momento, nascida da confluência do pensamento progressista dos mestres franceses e da consciência cada vez mais política dos seus discípulos brasileiros, amadurecia a radicalidade social desta Casa, sendo sintomático que o catalisador tenha sido um dos mais graves problemas sociais e humanos do Brasil, a situação do negro. Por isso intitulei esta aula inaugural "A Faculdade no centenário da Abolição", para poder dizer que ainda devemos à sociedade uma definição mais decidida da nossa posição teórica e prática em face de tal problema. A radicalidade das nossas origens intelectuais e do nosso desenvolvimento interno nos obriga a assumir com toda a clareza uma nítida atitude a respeito da situação do negro no Brasil.

Nenhuma é mais grave e desumana, e não é possível a ninguém alegar que tem posição progressista e solidária se não tomar consciência disso. Recoberta pela suja cortina de fumaça chamada "democracia racial", que é na verdade uma forma hábil de hipocrisia, a situação dramática do negro se evidencia a cada instante. Aceitando a duvidosa verdade das estatísticas, haveria no Brasil cerca de 50% de pessoas ditas "de cor", isto é, que são socialmente reconhecidas como negros ou mestiços. No entanto, numa reunião como esta, qual a porcentagem delas? Onde estão na vida corrente os políticos, diplomatas, professores, profissionais liberais, empresários, altos funcionários, generais que cabem na definição dos 50% "de cor"? Os que por acaso caberiam, na verdade não cabem, porque no momento em que vencem a barreira do preconceito eles são automaticamente "promovidos" a brancos, isto é, tornam-se alguns dos muitos brancos convencionais que somos tantos de nós e, portanto, se vêem compelidos a renegar a sua realidade para assumir uma conceituação postíça de favor, que importa em aceitar a mutilação do ser. A consequência é que os considerados brancos assimilam estrategicamente o preconceito e o voltam contra os seus iguais, a fim de se libertarem da maldição inicial. Esse mecanismo de falsificação ontológica exprime a profundidade do drama, e é aceito pelas suas vítimas porque, do contrário, aquele que pulou o muro do preconceito arrisca ser devolvido à esfera maldita. Assim, nós escondemos incessantemente algumas das nossas raízes mais autênticas e adotamos o triste papel de carrascos de nós mesmos.

A nossa Faculdade teve função de relevo no progresso dos estudos sobre o negro, porque superou a fase de mera verificação e a fase de obsessão étnica para incorporar o caráter problemático. Esta é a distância que separa, por exemplo, os importantes estudos de Artur Ramos e os da equipe dirigida por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Houve uma espécie de rotação, que fez passar os estudos do eixo da constatação para o eixo da participação implícita ou explícita, como ocorreu também em relação a outros grupos sociais subalternos e marginais estudados por professores e pesquisadores da

Faculdade. Isso mostra que no Centenário da Abolição ela pode se orgulhar de alguns feitos positivos e reivindicar uma posição que, a partir da radicalidade sociológica inicial, abriu caminho para a radicalidade política. Esse fato impõe aos nossos estudiosos um incremento de atenção para a situação do negro, com o duplo intuito de aprofundar o conhecimento e contribuir para proscrever o preconceito. Preconceito que, se é odioso nos países cuja população é predominantemente branca, torna-se além disso grotesco no nosso caso, isto é, num país onde grande parte dos brancos têm nas veias parcelas maiores ou menores de sangue africano, que todavia esquecem, rejeitam ou ignoram, sendo que em todos esses casos acabam por comportar-se como opressores dos que são considerados "de cor".

A falta de oportunidade econômica e social do negro é acompanhada por toda a sorte de conseqüências morais da maior gravidade, como o sentimento de insegurança que corrói a personalidade e é agravado pelas situações de humilhação. Ora, é impossível conceber uma sociedade democrática na qual grande parte da população é privada dos meios de viver com dignidade por causa da cor da pele, e na qual é submetida a formas degradantes de discriminação. A nossa Independência foi uma substituição de estatuto político sem alteração do estatuto econômico, e portanto nada significou como justiça social. A Abolição foi uma mudança legal na situação do escravo, quase sem alteração de sua possibilidade social e econômica. Por isso, todo esforço intelectual de desmascarar esta situação, mostrando a verdadeira natureza das relações raciais no Brasil, é uma forma de radicalidade sociológica, que prepara eventualmente o caminho para as medidas corretoras de natureza política. Nesse setor a Faculdade não apenas deu um exemplo importante, que mencionei aqui, centralizado simbolicamente pela pesquisa da UNESCO, mas continua a produzir trabalhos ligados à situação angustiosa do negro submetido ao preconceito, inclusive por estudiosos presentes. Esta tem sido a nossa contribuição, e os nossos votos devem ser para que tais estudos prossigam num sentido de maior intensidade e eficácia, e também para que a Universidade estabeleça medidas que aumentem as possibilidades de recrutamento entre os nossos patrícios considerados "de cor" e, a este título, sujeitos às restrições de um preconceito tão tenaz quanto dissimulado.

No quadro geral da Universidade, cabe sobretudo à nossa escola contribuir para esclarecer a natureza real do problema, evitando o predomínio das posições passionais, que arriscam atrapalhar não apenas o entendimento, mas o encaminhamento adequado das soluções. Penso, por exemplo, na afirmação sem matizes de que somos um país afro-brasileiro, o que é compreensível como arma de luta e maneira de chamar a atenção para um aspecto reprimido, mas que é sem dúvida uma deformação da realidade. A consciência necessária e salutar da componente africana em nossa história e em nossa cultura não pode nem deve conduzir ao exagero deformador. Para o bem ou para o mal, felizmente ou infelizmente, somos um país colonizado por europeus e desenvolvido com predomínio cultural europeu, modificado pela contribuição decisiva e diferenciadora do índio e sobretu-

do do negro. Negar o sentido, digamos ocidental para simplificar, da nossa civilização, e postular um retorno sentimental às raízes africanas, é uma extrapolação baseada no exagero da verdade. Aos nossos estudiosos compete contribuir para esclarecer a natureza real do problema, a fim de que possamos definir de maneira humana e eficaz o rumo adequado à nossa cultura plural. Somos um país com regiões onde se fala alemão, seguidas por outras que conservam o polonês originário, tendo adiante conjuntos de nisseis nutridos de tradições da terra de seus pais, além das camadas profundas e extensas de italianos, espanhóis, portugueses, recobrando a maioria das áreas. Não somos, portanto, um país afro-brasileiro nem temos de retornar à África, como não temos de retornar a Portugal apesar da nossa base luso-brasileira, nem temos de retornar ao universo ameríndio apesar da nossa forte herança indígena. O que precisamos é reconhecer a nossa parte africana, mais visível e mesmo dominante nalguns lugares, quase inexistente noutros, *mas tendo exercido em todos uma influência que foi fator decisivo em nossa diferenciação*.

Conseqüentemente, é preciso lembrar ao patricio negro que ele não é africano; como o patricio branco não é português, nem italiano, nem alemão; como o patricio nissei não é japonês, — mas que são todos brasileiros, e ser brasileiro é ter na mente, na alma, freqüentemente no sangue, muita coisa de africano, independente da cor da pele. Nenhum outro país da América tem, como o Brasil, a possibilidade de efetuar em larga escala uma síntese das componentes européias, indígenas e africanas.

Seria portanto errado preconizar para o negro o retorno às culturas africanas. Primeiro, porque isso equivaleria a consagrar a iniquidade a que tem sido submetido tradicionalmente, isto é, negar-lhe a participação plena e efetiva na cultura predominante de tipo ocidental, que detém as chaves da ciência, da técnica, da organização política e, com elas, da dominação. Segundo, porque pressuporia que ele não é brasileiro, mas um candidato à volta impossível a raízes remotas, — volta que por vezes o atrai como solução, justamente porque é excluído da sociedade a que realmente pertence.

O importante é dignificar as culturas africanas como modos de ser e viver, *abertos não apenas aos grupos chamados "de cor", mas eventualmente a todos os brasileiros*, como componente de uma pluralidade que no futuro dará os seus frutos. É impossível prever, mas é lícito imaginar. Imaginemos que num universo livre de preconceito as tradições africanas poderiam se combinar de maneira admirável com as linhas que o colonizador implantou aqui. O resultado seria talvez a humanização da chamada civilização ocidental, a mais predatória, a mais espoliadora, a mais destruidora e ao mesmo tempo a mais eficiente e flexível que a humanidade conheceu. É inestimável o que as tradições africanas poderão trazer, não como cultura exclusiva e excludente, nem como cultura encasulada, mas como componente humanizadora de uma cultura plural. Inclusive iluminando-a com aquele "olho da piedade", a que se refere o velho pai-de-santo Jubiabá, no romance de Jorge Amado.

Caros colegas e estudantes: a Universidade de São Paulo em geral, a nossa Faculdade em particular, foram e são um dos acontecimentos mais

importantes na história da cultura brasileira. No meio de graves dificuldades, próprias de uma época ferozmente instável, não poderia ter deixado de ocorrer nela a grave crise institucional que nos perturba e desafia, requerendo modificações que vão do sistema de poder à reformulação da convivência na sala de aula, onde se tem corroído bastante a eficácia dos mecanismos de ensino. Mas é notável que a crise institucional não tenha quebrado a capacidade produtiva dos docentes e pesquisadores, freqüentemente tão injustiçados e expostos a toda a sorte de incompreensões. Tanto assim, que a produção da Universidade em geral, a desta Faculdade em particular, correspondem aos melhores padrões possíveis no Brasil. Isso vem da nossa boa tradição e com certeza se fortalecerá ainda mais quando houvermos encontrado as fórmulas de reajuste institucional.

Da tradição a que me referi, destaquei nesta aula inaugural a linha de radicalidade dos estudos sociais, que foi um dos princípios tutelares da Faculdade, mesmo quando era implícita, e se manifestou por traços como os que procurei indicar. A sua herança é um legado de honra, que empenha o nosso presente na luta pela integração e superação dos preconceitos, dos quais o mais odioso e socialmente mais lesivo é o que atinge a população considerada "de cor". Só esta superação poderá conduzir a um estado de justiça social, que as radicalidades políticas haverão de trazer um dia. Aí, em vez de Abolição formal, haverá finalmente a verdadeira Abolição.

Antônio Candido é crítico e historiador da literatura. Já publicou nesta revista "De cortiço a cortiço" (Nº 30).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 34, novembro 1992
pp. 21-30
